



PREFEITURA MUNICIPAL DE GARANHUNS

DECRETO Nº 008/2019

EMENTA: Dispõe sobre as normas aplicadas as consignações em folha de pagamento, dos servidores públicos ativos, inativos e pensionistas da administração direta e indireta, autárquica e fundacional da Prefeitura Municipal de Garanhuns, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE GARANHUNS, no uso de suas atribuições conferidas pelas Constituições Federal e Estadual, sobretudo pela Lei Orgânica Municipal e demais legislações vigentes,

DECRETA:

Art. 1º - Os servidores públicos ativos, inativos e pensionistas da administração direta e indireta do município de Garanhuns, somente, poderão contrair empréstimos junto a instituições financeiras devidamente conveniadas junto ao Município, cuja quitação se dá por meio de desconto sob sua remuneração, desde que, seja expressamente autorizado pelo servidor, e que não seja ultrapassado o limite máximo de sua margem para consignação facultativa estabelecido no presente Decreto.

Art. 2º- Considera-se, para fins deste Decreto:

- I- **Consignatário:** instituições bancárias, financeiras e cooperativas e outros destinatário dos créditos resultantes das consignações;
- II- **Consignante:** órgão ou entidade da administração direta e indireta que proceda aos descontos em favor do consignatário;
- III- **Consignados:** servidores públicos, ativos, inativos e pensionistas do Poder Executivo Municipal.



PREFEITURA MUNICIPAL DE GARANHUNS

IV- **Consignação compulsória:** desconto incidente sobre a remuneração do servidor por força da lei, decisão judicial e decisão da administração, sempre respeitando os postulados do contraditório e da ampla defesa, tais como:

- a) Contribuição para seguridade e previdência social;
- b) Imposto de renda;
- c) Pensão alimentícia e outras decisões judiciais;
- d) Indenização à Fazenda Pública municipal em decorrência de ressarcimento ao erário ou restituição de valores pagos indevidamente.

V- **Consignação facultativa:** desconto incidente sobre a remuneração do servidor a seu pedido nas situações a seguir discriminadas, obedecendo-se as restrições contidas no presente Decreto e no Decreto Municipal nº 069/2008:

- a) Contribuições em favor de clubes e associações de caráter recreativo ou cultural;
- b) Contribuições em favor de cooperativas de crédito;
- c) Contribuições em favor de planos de saúde, plano odontológico, pecúlio, seguros e previdência complementar;
- d) Prestação de compra de imóvel residencial em favor de entidade financeira;
- e) Amortização de empréstimos pessoais e financiamentos em prazo máximo de 96 (noventa e seis) meses, concedidos pelas instituições referidas no inciso III do artigo 4º deste Decreto;
- f) Amortização de operações financeiras mediante cartão de crédito consignado, inclusive saque, por instituição financeira autorizada pelo Banco Central.



PREFEITURA MUNICIPAL DE GARANHUNS

- g) Contribuições em favor de sindicatos ou associações representativas de classe, mediante expresse interesse do servidor.
- h) Pensões alimentícias definidas de comum acordo entre as partes.

Art. 3º - A habilitação e o credenciamento dos consignatários da administração direta, serão feitos pela Secretaria de Administração e da administração indireta nas respectivas autarquias por seus Presidentes.

Parágrafo único: cada consignatário terá um código de processamento.

Art. 4º - Poderão ser consignatários, para fins e efeitos deste Decreto:

- I- As associações de classe constituídas pelos servidores, de acordo com a legislação aplicável;
- II- Os sindicatos de trabalhadores;
- III- Bancos públicos e privados que possuam convênio com o Município de Garanhuns;
- IV- Associações, clubes e entidades de caráter recreativo ou cultural;
- V- As cooperativas, constituídas de acordo com a Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971.

Art. 5º - A margem consignável é definida como o valor máximo mensal das consignações facultativas atribuído a cada consignado, calculada sobre o valor líquido decorrente da subtração do valor total das consignações compulsórias do valor bruto da remuneração.



PREFEITURA MUNICIPAL DE GARANHUNS

Art. 6º - O total das consignações facultativas não pode exceder mensalmente, para cada consignado, ao equivalente a 30% (trinta por cento) da soma de seus vencimentos com os adicionais de caráter individual, para contribuições em favor de cooperativas de crédito (alínea “b” do inciso V do art. 2º) empréstimos pessoais e financiamentos (alínea “e” do inciso V do art. 2º) e rotativos (alínea “f” do inciso V do art. 2º).

Parágrafo Único: Para as demais consignações facultativas de que trata o art. 2º do presente Decreto, não haverá limites para consignação em folha de pagamento.

Art. 7º - Para fins de operação com consignações em folha de pagamento, deverão ser cumpridas as seguintes etapas:

- I- Administração direta, credenciamento do consignatário junto à Secretaria de Administração;
- II- Administração indireta, credenciamento do consignatário junto as suas respectivas autarquias por seus Presidentes, e
- III-Concessão ao consignatário de código específico para operação.

Art. 8º - Caberá à Secretaria de Administração e aos órgãos da Administração Indireta, após análise objetiva e positiva da documentação referenciada no artigo anterior, credenciar a entidade.

Art. 9º - As quantias descontadas serão repassadas ao consignatário até o dia 15 do mês subsequente ao da consignação.

§1º É defeso às consignatárias, sob as penas da lei, proceder à negativação dos consignados junto aos órgãos de proteção ao crédito, por atraso, pela Consignante, no repasse do crédito de que trata o parágrafo anterior.



PREFEITURA MUNICIPAL DE GARANHUNS

§2º Os valores referentes às operações bancárias, a exemplo de DOC/TED, são de responsabilidade e custeados pelos consignatários.

Art. 10 - Os consignatários responsáveis pelos empréstimos concedidos aos servidores de Garanhuns deverão ressarcir ao Poder Executivo Municipal, os custos com o processamento de dados necessários à operacionalização das consignações, mediante a retenção mensal de R\$ 2,00 (dois reais) por valor de cada parcela descontada dos consignados.

Parágrafo único – Anualmente, a Secretaria de Administração atualizará o valor contido no caput deste artigo, conforme índice geral de preços ao consumidor, na falta deste, outro mediante critério justificado pela escolha.

Art. 11 - A consignação em folha de pagamento não implica responsabilidade dos órgãos e entidades da Administração Direta ou indireta, por dívidas ou compromissos de natureza pecuniária, assumidos pelo servidor junto ao consignatário.

Art. 12 - A consignação facultativa poderá ser cancelada:

- I- Por interesse justificado do consignante;
- II- Mediante pedido por escrito do consignatário;
- III- Mediante pedido por escrito de servidor ativo, aposentado ou pensionista, o qual ficará condicionado à prévia e expressa anuência do consignatário, no caso das consignações previstas nos incisos II e III do artigo 6º deste Decreto.

Art. 13 - Se a folha de pagamento, no mês em que foi formalizado o pedido, já tiver sido processada, a cessação dos descontos somente será efetivada no mês subsequente, sem que, desse fato, decorra qualquer responsabilidade para a Administração Municipal.



PREFEITURA MUNICIPAL DE GARANHUNS

Art. 14 - A constatação de consignações processadas em desacordo com o disposto em Decreto Municipal, que caracterize a utilização ilegal da folha de pagamento dos servidores públicos, impõe ao dirigente do respectivo órgão o dever de suspender a consignação irregular e comunicar o fato à autoridade competente, para fins de direito.

Art. 15 - O pedido de consignação facultativa presume o pleno conhecimento das disposições deste Decreto e aceitação das regras pelo consignatário e pelo servidor ativo, aposentado ou pensionista.

Art. 16 - Em caso de revogação total ou parcial deste Decreto, ou a introdução de qualquer ato administrativo que suspenda ou impeça o registro de novas consignações referente a empréstimos pessoais, as consignações já registradas junto ao Município serão mantidas e os recursos transferidos para os consignatários até a liquidação total dos referidos empréstimos.

Parágrafo Único – As consignações existentes anteriores a entrada em vigor ao presente Decreto, obedecerão às margens anteriormente definidas e prazos, até final liquidação.

Art. 17 - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 18. Revogam-se as disposições em contrário, em especial os Decretos Municipais nº 62/2018 e 63/2018.

Palácio Municipal Celso Galvão, em 07 de Fevereiro de 2019.

Izaías Régis Neto
Prefeito



PREFEITURA MUNICIPAL DE GARANHUNS